



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LUIZ CARLOS HAULY

Deputado Federal

**PASTORAL DA CRIANÇA:  
20 ANOS SALVANDO VIDAS**

*Coletânea de discursos pronunciados  
pelo Deputado Luiz Carlos Hauly no  
plenário da Câmara dos Deputados.*

Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Publicações  
BRASÍLIA – 2004

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa**  
**SÉRIE**  
**SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS**  
**Nº 303/2003**

## SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação .....	5
<b>Pronunciamentos no plenário da Câmara dos Deputados</b>	
Sessão solene em homenagem ao Ano do Jubileu de 2000 – Discurso proferido em 13 de dezembro de 2000 .....	7
Homenagem a Ginetta Calliari, fundadora do Movimento Focolares – Discurso proferido em 25 de abril de 2001 ....	12
Homenagem à nomeação pelo Papa João Paulo II do Padre Pedro Carlos Zilli como Bispo da nova diocese de Bafatá, na Guiné Bissau, África Ocidental – Discurso proferido em 11 de junho de 2001 .....	14
Confiança na beatificação de Madre Leônia Milito, fundadora da ordem religiosa Missionárias de Santo Antônio Maria Claret – Discurso proferido em 15 de maio de 2002 .....	16
Homenagem à Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki pelo trabalho desenvolvido no Paraná e aos integrantes da colônia japonesa no Brasil pela contribuição prestada ao desenvolvimento do País – Dis- curso proferido em 13 de junho de 2002 .....	19
Sessão solene em homenagem aos 50 anos de fundação da Con- ferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – Discurso proferido em 19 de junho de 2002 .....	21

Comemoração do 60 <sup>o</sup> aniversário de fundação das Paróquias de Santo Antônio e São José, respectivamente, nos Municípios de Cambé e Rolândia (PR) e transcrição do artigo Os Setenta Anos da Sociedade do Apostolado Católico no Norte do Paraná, de autoria do Professor José Garcia Gonzales Neto – Discurso proferido em 8 de novembro de 2002 .....	25
Votos de pleno êxito a D. Geraldo Magella Agnelo, Cardeal Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, na presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Discurso proferido em 26 de junho de 2003 .....	29
Homenagem ao 25 <sup>o</sup> aniversário de pontificado do Papa João Paulo II – Discurso proferido em 28 de novembro de 2003 .....	32
Homenagem aos 20 anos da criação da Pastoral da Criança – Discurso proferido em 4 de dezembro de 2003 .....	34
Homenagem ao jubileu de ouro do Arcebispo de Londrina, Dom Albano Cavallin – Discurso proferido em 4 de dezembro de 2003 .....	38
Homenagem aos 70 anos da Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Londrina – PR – Discurso proferido em 18 de março de 2004.....	40
Currículo do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB – PR) ....	42

## APRESENTAÇÃO

*Integrante da Pastoral Parlamentar Católica e seguidor da palavra de Deus na ação política construtiva e realizadora, tenho pautado em levar ao Parlamento brasileiro a mensagem encorajadora das ações de nossa Igreja. Defendo a solidariedade como exercício de ação política e prego que cada ato praticado leve em consideração o bem ao próximo.*

*Dedico a publicação dos pronunciamentos que proferi na Câmara dos Deputados em prol da Igreja Católica para comemormos os 20 anos do belo trabalho da Pastoral da Criança.*

*Sou testemunha do exemplo deste trabalho voluntário da Igreja Católica em favor dos mais humildes e quando ainda prefeito fui partícipe deste momento especial: a fundação da Pastoral da Criança.*

*Não posso deixar de destacar o trabalho dos vocacionados em prol da construção cotidiana de nossa Igreja e, portanto, usei da palavra para fazer as justas homenagens, destacando o pontificado de Sua Santidade o Papa João Paulo II.*

*Vocacionado para a política, nunca deixei de exercer nos inúmeros cargos públicos uma ação concreta em prol da nossa comunidade. Exemplifico na criação, estímulo e auxílio a entidades, ações e organizações sociais como o ARA, Unidef, Guarda Mirim, Liga de Engraxates, Apae, Casa do Bom Samaritano, Epesmel, Santas Casas de Misericórdia, Instituto de Câncer e hospitais especializados, creches e entidades de portadores de necessidades especiais.*

*Acredito que a Igreja nasce na família e a família se expande nas comunidades eclesiais.*

*A vida de minha família nasceu e se desenvolveu primeiro na Paróquia Santo Antônio, em Cambé, e prossegue na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, em Londrina, e atuando no Movimento Cursilho, Pastoral Parlamentar Católica (Brasília), Movimento Político pela Unidade (MPU – Focolares) e Encontro de Casais com Cristo – ECC.*

*Continuarei trabalhando politicamente em consonância com os princípios cristãos, sempre buscando a construção do Brasil justo e solidário que tanto desejamos.*

Deputado Luiz Carlos Hauly  
(PSDB – PR)

## **Sessão solene em homenagem ao Ano do Jubileu de 2000**

*Discurso proferido em 13 de dezembro de 2000*

O SR. PRESIDENTE (José Linhares) – Esta sessão solene destina-se à comemoração do encerramento do Ano do Jubileu 2000.

O autor da proposição é o Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly.

Convido para compor a Mesa Sua Eminência o Cardeal de Brasília, D. José Freire Falcão. (Pausa.)

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música do Batalhão da Polícia do Exército, sob a regência do Maestro Subtenente Aguiar.

*(É executado o Hino Nacional.)*

O SR. PRESIDENTE (José Linhares) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, autor do requerimento de realização desta sessão solene.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Deputado José Linhares, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Reverendíssimo Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, Padre Aleixo, demais presentes, maravilhoso coral que nos abrilhantou neste momento, corporação musical da Polícia do Exército Brasileiro, senhoras e senhores, finda-se o ano do Jubileu 2000, completam-se dois mil anos de cristandade, antevê-se o terceiro milênio que se anuncia: cabe comemorar! Para isso, solicitei a presente sessão solene.

O Jubileu trata dos dois mil anos do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, dos vinte séculos de vida da Igreja e dos dois milê-

nios em que os valores cristãos se derramaram no mundo ocidental, de que o Brasil faz parte. Para os cristãos como nós, e com muito orgulho o somos, Deus-Homem veio ao mundo para a redenção da humanidade. A história da vida do Messias, de todos conhecida, é exemplo – infelizmente, nem por todos seguido – de amor ao pai, de amor à mãe, de amor ao próximo, de amor até, diríamos, à própria natureza humana, como um todo considerada, sem embargo de todas as suas reconhecidas imperfeições.

O desenlace do trajeto do viver de Deus na terra – a vida, a paixão e a morte do Jesus humano – pode-se resumir, eminentes parlamentares, começando-se com seu reflexo na remissão da escravidão do pecado original, continuando-se com o conseqüente regresso do homem ao caminho da verdade, e concluindo-se com o retorno da humanidade remitida à senda da virtude, em plena e total religação de nosso gênero à sua origem deífica, de que se houvera desencaminhado.

A morte do Salvador é o resgate eterno da humanidade que Ele tanto ama. E seu sacrifício foi consciente, até como homem verdadeiro que Cristo também foi. Por isso, o Santo Padre, o Papa João Paulo II, em novembro último, em alocução aos governantes, parlamentares e políticos, proclamou Tomás Morus seu patrono, como extraordinário exemplo de adesão à lei da consciência. Consciência proba, com que comungam todos os que nesta Casa militam.

A metáfora da Igreja como corpo do Messias exprime à perfeição a continuação dos desígnios de Deus na Terra, iniciada por Seu Filho legítimo e continuada por Seus filhos adotivos: a principiar por Pedro, a tomar vulto com Paulo e a culminar, por ocasião deste Jubileu, com nosso Papa. Não foi à toa que Pedro, conforme Cristo, isto é, segundo o próprio Deus, foi pedra, rocha e, como tal, base da fé, apoio dos crentes, fundamento dos fiéis, alicerce de Roma e sustentáculo da Igreja – Igreja esta que persevera.

A propósito, a perenidade da Igreja só se pode compreender tendo em vista a mão de Deus, que a ungiu; o olhar do Criador, que a acompanhou; e o amor do Pai, que a protegeu. Saiba-se ademais que, posto que humana, a Igreja tem, à evidência, lampejos divinos. Senão, imperfeita, como tudo o mais na Terra, soçobriria ante os reve-

ses da história, que não foram, sabe-se, de modo algum, poucos. Mais: sua virtual perpetuidade, que a torna, enquanto instituição humana, organização ímpar na história, por efeito da consistência de seus andares e da coerência de sua fé, acabou por torná-la modelo de organização, no que tange à perseverante fidelidade a seus princípios.

A ressurreição do Salvador emblema a Igreja, a cada passo rediviva, e testemunha sua força de crença, a cada momento ressurecta na alma dos professantes. Não há, pois, esquecer a Igreja como instituição, e instituição política, com “P” maiúsculo, por todos esses séculos que, alvissareira, atravessou. Não foi à toa que o Santo Padre Paulo VI, na Octogésima adveniens, pontificou: “a política é uma maneira exigente (...) de viver o compromisso cristão ao serviço dos outros”.

Esta Casa congressual, cremos, mesmo ante as vicissitudes que passou, apesar de imperfeita, como tudo o é, o que faz, em essência, é servir à Pátria. Porém, nobres deputados, a Igreja não se encapsula, não se encerra em si. Afinal, sua origem em Cristo não lhe permitiria tal incoerência enclausurante e, assim, incongruente. Incongruência esta que decorre de não poder ser a Igreja sistema encerrado, em face de sua origem transitoriamente ecumênica. Senão que a Igreja planta: e tanto assim é que à própria palavra de seu Fundador importa igualarem-se o amor a si e o amor ao próximo.

O que planta a Igreja, então, como religião que é? Fundamentalmente, planta sua ética, ética esta repassada de valores, valores estes cujo cimo é amar: amar o outro, na intensidade a que se referiu, e amar ao Pai, acima de tudo. Em resumo, o amor, para o cristão, é o valor dos valores: se ao próximo, para a paz na Terra; se a Deus, para a ida aos céus.

O verbo amoroso de Jesus é a expressão do desejo e da misericórdia onipresentes de Deus em prol da remissão das faltas dos filhos e da justiça. Justiça esta que, em continuação à sua santa alocução, João Paulo II diz dever ser “a preocupação essencial do político”. Esta Câmara é paladina daqueles que têm fome e sede de justiça.

Ilustres pares, como visto, há muito a comemorar no Jubileu. Já a vinda do Messias, já o surgimento e a permanência da Igreja, já a irradiação dos valores cristãos.

E essa comemoração atinge em especial o Brasil – o maior país católico do Planeta Terra. Essa comemoração, tríplice, se reflete na

Santíssima Trindade, em que, como é sabido, três são um e um é três. Um: comemoram-se dois mil anos da descida do Pai à Terra; dois: comemoram-se vinte séculos da Igreja, expressão do Corpo de Seu Filho na face do Planeta; enfim, três: comemoram-se dois milênios do abrasamento do Espírito Santo, que por todos nós zela.

Em uníssono, isso significa comemorar o advento do terceiro milênio que se anuncia, e que, ao anunciar-se, põe esperança no coração dos homens, e que, ao pôr esperança, revigora nosso amor – sem amor, esperança não há. Creio no novo milênio de paz e prosperidade da humanidade.

Por fim, por ocasião desta comemoração do Jubileu, que todos nós, políticos, com muita honra e orgulho, e abençoados pelo próprio Papa, e esperançosos e compassivos, venhamos a acreditar que o venturo milênio, que às nossas portas bate, seja finalmente o tempo da bonança, tempo este em que a glória de Deus nas Alturas lhe seja para todo o sempre e mercedamente dada, mas que a paz e a justiça na Terra, em consonância, deixe de ser simples figura de retórica.

Fique claro: paz, justiça, salvação, queremos-las para todos – católicos, cristão, fiéis de outras denominações religiosas. E até mesmo ateus. O Deus em que fervorosamente acreditamos é, indiscriminada e infinitamente, misericordioso. Ama-nos a todos, como seres humanos que todos somos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) – Antes de encerrar esta sessão solene, quero fazer algumas considerações importantes sobre o Parlamento brasileiro, que se tem reunido sempre sob a proteção de Deus e de nosso Senhor Jesus Cristo, materializado pelo crucifixo e pela Bíblia Sagrada que está permanentemente sobre esta mesa.

Creio que com esse gesto na abertura de todas as sessões, a invocação do nome de Deus por todos os parlamentares, de todos os partidos e de todas as correntes ideológicas que aqui trabalham para a construção do reino de Deus, faremos do Brasil uma nação mais justa, mais próspera.

Neste contexto, lembro-me de que o jubileu é o ano do perdão. O meu desejo, de nós católicos e cristãos, é de que além da dívida externa, relatada e prolatada também pelo nosso Grupo Parlamentar

e por inúmeras instâncias da reivindicação da dívida dos países pobres, nosso Governo pudesse também, em um gesto nesse jubileu, perdoar as pequenas multas e dívidas que milhões de brasileiros têm com a Receita Federal e com a Previdência, em vários Ministérios do Governo, aproveitando este momento importante da história da humanidade e do Brasil. Não estou falando dos grandes valores, mas dos pequenos, que poderiam ser arbitrados.

Aqui fica essa manifestação pública, pois, particularmente, já fiz por diversas vezes às nossas autoridades.

Também quero dizer a todos os presentes e à Casa que estamos transmitindo para o Brasil inteiro, através da TV Câmara, da Rede Vida, da Rede Canção Nova, das emissoras de rádio católica, da Rádio Câmara, enfim, de todos os meios de comunicação a nosso dispor, este extraordinário evento que há de ficar registrado indelevelmente na memória de quantos tiverem a oportunidade de dele participar, fazendo uma reflexão sobre o nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, o exemplo a que seguimos.

Agradeço a Sua Eminência Reverendíssima D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; ao Padre Aleixo, nosso guia espiritual, que tem acompanhado nossa pastoral católica; aos Padres Bosco e José Linhares; a todos os parlamentares presentes e também à Banda de Música do Batalhão da Polícia do Exército, sob a regência do Maestro Subtenente Aguir, pela belíssima apresentação; ao Coral Feminino e Masculino de Brasília, regido pela Maestrina Adriana Braga, por suas maravilhosas apresentações.

Antes de encerrar a presente sessão, gostaria de fazer a oração que Jesus nos ensinou, o Pai-Nosso.

*(É rezado o Pai-Nosso.)*

## **Homenagem a Ginetta Calliari, fundadora do Movimento Focolares**

*Discurso proferido em 25 de abril de 2001*

Nobre Deputado Antônio Carlos Pannunzio, que tanto dignifica esta Casa como representante do povo de São Paulo e líder do PSDB paulista, da cepa de André Franco Montoro e Mário Covas, não poderia deixar de me pronunciar nesta sessão solene, ainda que em termos breves e rápidos, como me permite esta interrupção das palavras de V. Ex<sup>a</sup> e não poderia deixar de trazer a palavra de louvor à memória e à obra da Sr<sup>a</sup> Ginetta Calliari, em nome do povo paranaense, especialmente por sediarmos alguns dos centros de difusão do Movimento dos Focolares no Brasil, em Londrina, em Ponta Grossa e em Curitiba, onde estão a receber todo o apoio do povo e do empresariado paranaense.

Recebi inúmeras correspondências de paranaenses e brasileiros pedindo que me manifestasse e neste momento aqui estou.

Naqueles centros, assim como nos demais Brasil afora, formam-se, espiritual e socioculturalmente, cerca de 250 mil membros, grandemente apoiados pela divulgação mensal da revista *Cidade Nova*, dedicada à difusão prática dos ideais focolares.

Merecem todo o nosso respeito esses ideais, que se corporificam materialmente no projeto da Economia da Comunhão, onde se articulam harmonicamente a economia, a solidariedade e a liberdade.

Por meio deles, estabeleceu-se que o lucro das empresas integrantes é dividido em três partes, devendo ser aplicado em

reinvestimento no próprio empreendimento gerador, em ações de apoio aos necessitados e na formação de pessoas com a mentalidade aberta e predisposta à cultura da partilha, para a perpetuação do movimento.

O sucesso dessa filosofia já é demonstrado pelo eloqüente número de 775 empresas e atividades produtivas no mundo, sendo oitenta delas em território brasileiro.

Senhor Deputado Antônio Carlos Pannunzio, agradeço a oportunidade de inserir no discurso de V. Ex<sup>a</sup> a manifestação paranaense que aqui não poderia deixar de faltar; ao mesmo tempo, cumprimento a nobre Deputada Luíza Erundina como autora do requerimento desta sessão de homenagem à memória de Ginetta Calliari. Sei que a ilustre colega ex-Prefeita do Município de São Paulo teve o privilégio de conhecer pessoalmente aquela cuja memória homenageamos, pois que esteve presente na Mariápolis Araceli, em novembro de 1999, ali conhecendo os propósitos da Economia de Comunhão. E sei que dessa proximidade auferiu ela a admiração por Dona Ginetta como pessoa humana, admiração que aqui registro pela campanha a que deu início no Brasil e que frutifica hoje em vários empreendimentos.

Que Deus, que a acolheu em Seu amor, possa iluminar com seu exemplo de dedicação todos os seus seguidores, para que o movimento prossiga sua trajetória em busca do bem comum.

## **Homenagem à nomeação, pelo Papa João Paulo II, do Padre Pedro Carlos Zilli como bispo da nova Diocese de Bafatá, na Guiné Bissau, África Ocidental**

*Discurso proferido em 11 de junho de 2001*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no dia 30 de março do corrente ano, foi anunciada em Roma a nomeação, pelo Papa João Paulo II, do Padre Pedro Carlos Zilli como bispo da nova diocese de Bafatá, na Guiné Bissau, África Ocidental, sendo o primeiro brasileiro a alcançar tal título eclesiástico fora do Brasil.

Filho de José Zilli e Terezinha de Jesus Zilli, Pedro Carlos foi o primeiro dos cinco filhos do casal, nascido em Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no dia 7 de outubro de 1954. Em 1971, a família mudou-se para Ibiporã, Estado do Paraná, e em 1976 o primogênito matriculou-se no Seminário do PIME – Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras, em Assis (SP), tendo feito o curso filosófico no Instituto Paulo VI em Londrina (PR) e a Teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC, Florianópolis, capital de Santa Catarina, de 1981 a 1984.

Padre Pedro Carlos foi ordenado sacerdote em 5 de janeiro de 1985, na Paróquia de Ibiporã e, no mesmo ano, em julho, foi como missionário para a Guiné Bissau, onde permaneceu até fevereiro de 1998, período em que exerceu a função de vigário paroquial em Bafatá e Suzana e, por quatro anos, a de superior regional do Pime. Foi também delegado do Bispo para o setor pastoral de Cacheu e presi-

dente da Comissão de Assistência aos Seminaristas Maiores da Diocese de Bissau.

Em 9 de fevereiro de 1998, o Padre Zilli foi para a Itália estudar temas referentes à formação sacerdotal e em julho desse ano seguiu para os Estados Unidos, onde cursou a língua inglesa por alguns meses.

Voltando para o Brasil, foi designado para a função de formador no Seminário do Pime, em Brusque (SC), serviço que iniciou em 1999 e exerceu até ser nomeado primeiro bispo da nova diocese de Bafatá, onde já fora vigário paroquial.

Finalizando, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, parabênzo a família Zilli e o povo de Bafatá e de toda a Guiné Bissau, e cumprimento o Bispo Pedro Carlos Zilli pela designação, formulando votos de que bem exerça o governo espiritual de seu novo rebanho, com a graça de Deus, fiel aos ensinamento de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Esta é uma saudação ao povo de Ibiporã.

## **Confiança na beatificação de Madre Leônia Milito, fundadora da ordem religiosa Missionárias de Santo Antônio Maria Claret**

*Discurso proferido em 15 de maio de 2002*

Senhor Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Senhores Deputados, encontra-se em andamento o processo de beatificação de Madre Leônia Milito, uma causa iniciada por Dom Albano Cavalli, na Catedral de Londrina, Estado do Paraná, em 19 de março de 1998, que prosseguiu com a realização da primeira sessão do Tribunal Eclesiástico, em setembro seguinte, dando partida ao levantamento da vida e das virtudes da fundadora da ordem religiosa Missionárias de Santo Antônio Maria Claret.

A comissão dos censores e a dos peritos em história também estão trabalhando na fase arquidiocesana do processo, com a missão de coletar dados, pesquisar e analisar a documentação pertinente à vida e obra da candidata ao reconhecimento oficial de Sua Santidade.

Até agora, nessa caminhada, muitas pessoas sentiram-se tocadas pelo testemunho de vida de Madre Leônia, fiel seguidora e apóstola de Jesus, ardorosa missionária do Evangelho, por intercessão de quem muitas foram as graças alcançadas, como empregos, curas físicas e psicológicas e, sobretudo, de conversão à libertação.

Nascida em Sapri, província de Salerno, Itália, em 23 de junho de 1913, com dezesseis anos Madre Leônia (Maria Milito) ingressou no movimento religioso Ação Católica.

O nobre ideal de ajudar os irmãos a experimentar o amor a Deus em suas vidas foi amadurecendo, até que em 18 de junho de 1935 ingressou no Instituto das Irmãs Pobres Filhas de Santo Antônio, ainda na Itália.

Na década de 50, as religiosas orientadas e acompanhadas por Madre Leônia Milito deixaram a terra natal rumo a um país distante, o Brasil, fazendo do sonho missionário uma realidade: dedicam-se às diversas pastorais e ao trabalho em asilos, orfanatos, creches, escolas e hospitais.

Com sua inteira correspondência à graça divina e atraindo tantas outras jovens para o ideal missionário, deu início, juntamente com Dom Geraldo Fernandes, em 19 de março de 1958, em Londrina, a uma nova família religiosa, que tem como finalidade primordial o Anúncio da Palavra e o Serviço da Caridade.

Madre Leônia Milito não foi apenas a fundadora da ordem Missionárias de Santo Antônio Maria Claret; durante vinte e dois anos exerceu a missão de superiora geral e mãe espiritual das irmãs. Toda a sua vida e trabalho estiveram voltados para os necessitados, e com todos partilhou alegrias e angústias, sofrimentos e esperanças. Numa ação que não conheceu fronteiras, instalou comunidades de irmãs em vários estados do Brasil, bem como nos cinco continentes.

Aos sessenta e sete anos, em pleno vigor da ação apostólica, Madre Leônia faleceu, vítima de acidente automobilístico. Porém, sua vida continua, multiplicada em cada uma das irmãs, que desejam continuar com fidelidade a obra por ela iniciada.

O processo de beatificação de Madre Leônia é uma convocação à Santidade para todos os seguidores do carisma que o Espírito Santo lhe concedeu.

Fazer memória da vida e obra de Madre Leônia significa reconstruir e repensar o mistério de seu existir, todo voltado para Deus e para os irmãos e irmãs, sem restrições de credo religioso, raça, condição social ou fronteira geográfica. Esta é a finalidade da Casa da Memória Madre Leônia, que funciona em Londrina, Estado do Paraná.

Ao manifestar a certeza de que a santidade de Madre Leônia Milito será reconhecida, presto-lhe esta singela homenagem, estendendo-a à família das Missionárias de Santo Antônio Maria Claret e a todos os seus admiradores, seguidores e devotos.

Muito obrigado.

## **Homenagem à Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki pelo trabalho desenvolvido no Paraná e aos integrantes da colônia japonesa no Brasil pela contribuição prestada ao desenvolvimento do País**

*Discurso proferido em 13 de junho de 2002*

Senhor Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, há 22 anos, o norte do Paraná recebeu seis jovens missionárias japonesas, católicas, da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki (Jun Shin). Três delas foram trabalhar em São Jerônimo da Serra, na assistência a hansenianos. As outras três foram ajudar uma creche em São Sebastião da Amoreira.

As freirinhas superaram as dificuldades iniciais de comunicação, aprenderam a falar a língua portuguesa e expandiram o trabalho assistencial na região de Assaí, chegando a tratar 230 hansenianos no ambulatório do Padre Sasaki, o missionário que as convocara.

Em 1983, a ordem católica à qual pertenciam, que tem sede em Nagasaki, adquiriu um prédio no centro de Curitiba, onde funcionava uma pré-escola, pois resolvera abrir um convento na capital do Estado. Irmã Tanaka, que era uma das pioneiras, e outra freira foram tomar conta da escolinha e abriram um convento no mesmo local, que passou a ser dirigido pela Irmã Superiora Rosa, em 1985.

Hoje, 16 freiras e quatro noviças, entre japonesas e brasileiras, fazem parte da Jun Shin. Uma vez por mês, na capela do convento, é

celebrada uma missa que reúne os membros da Pastoral Nipo-Brasileira de Curitiba.

Além da antiga escolinha, as freiras mantêm um curso de língua japonesa para crianças e jovens de até 15 anos. No interior, prosseguem as atividades sociais, que já atenderam cerca de dois mil hansenianos e agora se desenvolvem também em um lar para idosos.

Vale lembrar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a propósito desta homenagem à Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki, pelo trabalho desenvolvido no Paraná, que a história do catolicismo no Japão começou com a chegada do jesuíta Francisco Xavier, em 1549. Após um longo período de perseguição e proibição, só em 1858 é que o governo japonês voltou a permitir o trabalho de evangelização cristã, na esteira do qual a ordem feminina de Nagasaki foi fundada em 1934, pelo primeiro bispo japonês, Dom Januário Hayasaka.

Ao finalizar esta comunicação, estendo a homenagem a todos os integrantes da colônia japonesa no Brasil e a seus descendentes brasileiros, pela excelente contribuição que deram e continuam a dar ao desenvolvimento do País, em todos os campos de atividade.

Muito obrigado.

## **Sessão solene em homenagem aos 50 anos de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB**

*Discurso proferido em 19 de junho de 2002*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ao completar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil glorioso meio século de existência – ora condignamente festejado –, cabe de plano recorrer às sábias palavras de Dom Raymundo Damasceno Assis, seu Secretário-Geral, em recente artigo na imprensa, intitulado Cinqüentenário da CNBB, que assim se expressou: “Sem dúvida, a missão da CNBB continuará sendo a evangelização, isto é, o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo, em toda a sua profundidade, atualidade, extensão e complexidade”.

Evangelização que fazemos questão de enfatizar, ao encontro do escrito do Papa Paulo VI, de saudoso papado, na sua Evangelii Nuntiandi, que reza:

“A evangelização não seria completa se não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens.”

Com certeza, foi esta interpelação recíproca que levou Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, a fundar, a 16 de outubro de 1952, a CNBB, até porque foi justamente com o Monsenhor João Batista Montini, que seria o Papa Paulo VI, com quem Dom Hélder tra-

tou efetivamente do assunto, em nível da Santa Sé.

O próprio Núncio Apostólico, à época, Dom Carlos Chiarlo, foi quem aproximou Dom Hélder e Monsenhor Montini, além de promover encontros regionais de bispos, para sensibilizá-los à idéia. Na reunião fundadora encontrava-se Dom Carlos em pessoa, como também presentes ou representados estavam todos os então 20 arcebispos do Brasil.

Ante uma fundação como esta, cujas raízes foram a plena comunhão entre os altos prelados católicos apostólicos romanos entre si, e entre eles e o Vaticano, cinquenta anos após, outras não poderiam ser as palavras novamente de Dom Raymundo, agora sobre a estrutura da CNBB, cuja semente foi a estrutura da Ação Católica Brasileira, de que Dom Hélder houvera sido nomeado Vice-Assistente Nacional, em 1947. De maneira lapidar, pôde Dom Raymundo afirmar que a estrutura da CNBB “tem como objetivo facilitar e promover o relacionamento entre seus membros, a troca de experiências, o apoio mútuo e a participação e a co-responsabilidade de todos eles em questões de interesse comum”.

É esta participação co-responsável, cuja apoteose foi a vinda do próprio Prefeito da Congregação para os Bispos, e Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, Cardeal Giovanni Battista Re, à 40ª Assembléia da CNBB, iniciada em 10 de abril deste ano do cinquentenário, que permitiu que a Assembléia, inspirada na mensagem especial do Papa João Paulo II, trazida por Sua Eminência, melhor avaliasse os 50 anos da Conferência que aqui homenageamos.

Foram passos gloriosos, desde a fundação, em que a Conferência se atinha mais especificamente ao episcopado, até a primeira inflexão, de 1965, em que novos estatutos, elaborados na vigência do Plano de Emergência, e na efervescência dos debates do Concílio Vaticano II, redefiniram a finalidade da CNBB, tornando a ação apostólica não apenas mais expressamente referida ao episcopado, mas à Igreja e à pastoral.

Foram passos corajosos, em que se aprofunda a experiência de “pastoral de conjunto”, em que os problemas se avaliam em variáveis mais amplas e dimensões mais multifacetadas, recompondo-se as forças apostólicas, até a segunda inflexão, de 1971, em que a necessida-

de de remodelação estatutária leva a redefinir a doutrina da comunhão eclesial e da co-responsabilidade pastoral, com ênfase maior na operacionalidade e na reestruturação.

Foram passos verde-amarelos, em que a CNBB enfatizou os objetivos para com a Igreja que está no Brasil, promoveu a pastoral de conjunto (ou orgânica) bem como cuidou do relacionamento com os poderes públicos, sempre em entendimento com a Nunciatura, até a terceira inflexão, de 1980. Nesta, o atual Estatuto da CNBB, aprovado pela Santa Sé a 19 de janeiro daquele ano, relança mais explicitamente as diretrizes para uma viva preocupação pastoral, adequando as próprias estruturas às urgências pastorais do País.

Esta explicitação, aliada à “Carta Apostólica Sobre o Terceiro Milênio que se Aproxima”, de 1994, permite compreender à perfeição o objetivo geral da ação pastoral da CNBB aos 50 anos, que se resume como: evangelizar, testemunhando Jesus Cristo, à luz da opção evangélica pelos pobres, e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da esperança nas diferentes culturas, a caminho do reino definitivo”.

Por isso é que a homenageada, que foi a primeira conferência episcopal a ser criada, aquela que antecipou em 10 anos o próprio Concílio Vaticano II, e que também é a maior conferência do mundo em número de bispos residenciais, teve por moto, na citada 40ª Assembléia, novamente em Itaiçi (SP), o tema “Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Fome”.

Não foi gratuita a escolha, no ano do cinquentenário. Pelo contrário, vem demonstrar cabalmente que a permanente missão de evangelização da CNBB não exclui outras, adaptadas às diversas circunstâncias históricas – como a da desnutrição.

O que nos faz lembrar a frase de Jesus Cristo, o Salvador, “Nem só de pão vive o homem, mas da palavra de Deus”, e também deste excerto do Eclo 34, 20-22: “A vida dos pobres é o pão de que necessitam; quem dele os priva é um assassino.” (Pior que assassino, dizemos nós, Senhores: assassino e pecador! Não tem em si os dons cristãos da misericórdia, da compaixão e da caridade.)

A escolha do tema da fome prenuncia-nos o direcionamento das

ações da CNBB para o próximo meio milênio: o amor indiscriminado ao próximo, por amor de Cristo-Deus, com o indispensável beneplácito da Santa Virgem, sempiterna Advogada nossa. E amor de ação, haja vista as tradicionais Campanhas da Fraternidade, exemplos vivos de uma vida dedicada a Jesus.

Aos atuais Presidente da CNBB, Dom Jayme Henrique Chemello, Vice-Presidente, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, e Secretário-Geral, Dom Raymundo Damasceno Assis, nossos parabéns pelos 50 anos de glória, parabéns que estendo a todo o clero e seu rebanho, ao povo brasileiro, e ao catolicismo contemporâneo, que tem na CNBB uma figura de proa.

Que a CNBB fique conosco por muitos outros cinquentenários, e evangelize-nos sempre. É nossa garantia de vida eterna: único caminho de nossa salvação!

Muito obrigado.

**Comemoração do 60º aniversário de fundação das Paróquias de Santo Antônio e São José, respectivamente, nos Municípios de Cambé e Rolândia (PR) e transcrição do artigo “Os Setenta Anos da Sociedade do Apostolado Católico no Norte do Paraná”, de autoria do Professor José Garcia Gonzales Neto**

*Discurso proferido em 8 de novembro de 2002*

Senhor Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, em 1<sup>a</sup> de novembro de 1942, por decreto do então Bispo Diocesano de Jacarezinho, no Estado do Paraná, Dom Ernesto de Paula, foram criadas as Paróquias Santo Antônio, em Cambé, e São José, em Rolândia, eventos esses que foram festivamente comemorados pelas comunidades católicas locais.

Na segunda-feira última, dia 4, em Cambé, participei de missa na Igreja Matriz, seguida, em sessão solene da Câmara Municipal, da solenidade de entrega da Comenda Grão de Café aos Padres Manoel Coelho de Souza, pároco da Igreja Santo Antônio, e José Elias Fadul, Superior Provincial dos Palotinos, pelos relevantes trabalhos prestados no campo espiritual e social no Município. Por extensão, foram outorgados diplomas ao padres palotinos, pela evangelização do povo cambeense ao longo dos últimos sessenta anos. As homenagens foram requeridas pela Vereadora Maria Aparecida André Pascueto e sancionadas pelo Prefeito José do Carmo Garcia.

Em Rolândia, também participei das comemorações do sexagésimo aniversário da Paróquia, que se iniciou no domingo, dia 3, com uma missa solene de ação de graças, com a participação da Orquestra Intermezzo, de Londrina, e do Coral União, de Rolândia, com transmissão ao vivo pela Rádio Cultura e TV Cultura Norte Paranaense. Digno de nota é o trabalho do pároco Monsenhor José Agius, que está na cidade há mais de 33 anos, e exerce o sacerdócio há mais de 37, como fiel e exemplar seguidor de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A propósito da evangelização no norte do Paraná, transcrevo texto elaborado pelo professor José Garcia Gonzales Neto, de Cambé, sob o título “Os setenta anos da Sociedade do Apostolado Católico no Norte do Paraná”:

“A União do Apostolado Católico, movimento apostólico fundado pelo sacerdote romano Vicente Pallotti, foi aprovada pela Igreja em julho de 1835. Da união surgiram duas comunidades religiosas: A Congregação das Irmãs do Apostolado Católico e a Sociedade do Apostolado Católico Congregação de Sacerdotes e Irmãos Leigos, primitivamente conhecida como Pia Sociedade de Missões (PSM). A padroeira da União, escolhida por Pallotti, é a Virgem Maria, invocada pelo título de Rainha dos Apóstolos.

Das comunidades derivadas da união, a que mais se desenvolveu foi a Sociedade do Apostolado Católico (SAC) e que no início do século XX se dividiu em províncias, das quais a que nos diz respeito foi a Província Americana, com sede em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que tinha uma abrangência muito ampla, espalhada em quatro países: Brasil, Uruguai, Itália e Estados Unidos. Na Itália, em Masio, ficava o Seminário. Com a 1ª Guerra Mundial, o seminário de Masio foi transferido para o sul da Alemanha, em Bruchsal.

Em 1919, o sul do Rio Grande do Sul passou a ser um distrito autônomo. As paróquias do norte do Estado ficaram ligadas à Província Americana, que deslocou sua sede de Santa Maria para Porto Alegre.

No início da década de 20, o progresso da Sociedade na Alemanha fez com que a sede da província passasse para a cidade de Bruchsal e o nome da Província Americana passasse a ser Província do Sagrado Coração de Jesus. Em 1927, o Governo Provincial decidiu retirar os

padres do Brasil. Uma parte foi transferida para o Uruguai e outra parte deveria voltar para a Alemanha. Os últimos padres alemães que saíram do Rio Grande do Sul foram os Padres Roberto Rosenfeld e Erasmo Raabe, em janeiro de 1928. Em São Paulo, aguardando o transporte para a Alemanha, hospedaram-se no Mosteiro de São Bento, onde também se hospedava o Bispo de Jacarezinho, D. Fernando Taddei, italiano, e cuja mãe conhecera Vicente Pallotti, tendo mesmo hospedado o Santo. Essa feliz circunstância foi a causa da vinda dos palotinos para o Paraná, pois tendo falta de padres, D. Fernando convidou os palotinos para trabalharem na diocese de Jacarezinho, que na época abrangia todo o setentrião paranaense. Efetivamente, em fevereiro de 1928, os dois padres alemães vieram conhecer o campo de trabalho e voltaram à Alemanha. Contudo, diante dos apelos de D. Fernando, os superiores alemães resolveram, no final de 1929, enviar o Pe. Isidoro Keppler para Jacarezinho, o qual em junho de 1930 já foi nomeado cura da Catedral. Pouco depois, em dezembro do mesmo ano, é transferido de Montevideú o Pe. José Kramer.

Os dois palotinos começaram a trabalhar no Paraná, mesmo sem estar nada resolvido. Com efeito, só em 1931, o capítulo provincial discutiu a oferta de D. Fernando Taddei para que os palotinos viessem para o Paraná. Nessa ocasião, o Pe. Erasmo Raab defendeu com vigor a aceitação da proposta. Preliminarmente o Governo provincial nomeou o próprio Pe. Erasmo como delegado provincial na missão do Paraná e encarregou-o de fazer um relatório sobre a realidade local e as perspectivas de trabalho no novo campo missionário. O Pe. Erasmo chegou em Jacarezinho em 28 de outubro de 1931 e elaborou o seu relato que foi enviado no fim do mesmo ano para a Alemanha. O Governo Provincial, com base no relatório, aceitou a missão paranaense e assim foi redigido um contrato entre a diocese e a Província palotina do Sagrado Coração de Jesus.

A minuta do contrato, enviada à Alemanha, foi aceita no dia 21 de novembro de 1932 e devidamente assinada por D. Fernando e o Padre Erasmo em janeiro de 1933, em Jacarezinho.

O trabalho palotino no norte do Paraná com o tempo estendeu-se também à região noroeste do Estado, alcançou Curitiba, avançou para a região da alta Sorocabana, no Estado de São Paulo, e chegou à capi-

tal paulista. Mais recentemente, assumiu trabalhos missionários na Bahia e no Maranhão e a colaboração interprovincial com a província palotina da Itália.

Juridicamente, o trabalho palotino no Brasil passou pelas fases de Delegatura Provincial de 1931 a 1946; região de 1946 a 1953, e, dessa data em diante, Província com o nome de Província de São Paulo.

Dentre os locais atendidos pelos palotinos destaca-se o Município de Cambé, que na década de 30 pertencia a Londrina. Com a criação da Paróquia de Londrina em 9 de março de 1934, o nascente povoado de Nova Dantizig passou a ser atendido pelo Pe. Carlos Dietz, primeiro pároco, e em 16 de dezembro de 1934 era inaugurada a modesta capelinha de madeira, primeiro edifício público do povoado. Em 1942, a 1<sup>a</sup> de novembro foi criada a Paróquia Santo Antônio, sendo o primeiro pároco o Pe. Lourenço Neuner, e na seqüência os Padres Luís Oto Washsburger, Symphoriano Kopf, Antônio Batista de Oliveira, Carlos Schultz, João Azevedo, Valter Batistin, José Newton Rondina, Júlio Akamine, Waldecir de Almeida e o atual Pároco Manoel Coelho de Souza.

Além destes párocos, passaram por Cambé dezenas de padres alemães e brasileiros que também deram sua parcela de colaboração na construção do Reino de Deus e que hoje são com justiça lembrados e homenageados pelo Poder Público cambeense.”

Feito este registro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, congratulo as comunidades cambeense e rolandense, nas pessoas dos Prefeitos Municipais, José do Carmo Garcia e Eurides Moura, pela passagem do 60<sup>o</sup> aniversário das Paróquias Santo Antônio e São José, em especial seus paroquianos e párocos.

Muito obrigado.

## **Votos de pleno êxito a D. Geraldo Magella Agnelo, Cardeal Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, na presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**

*Discurso proferido em 26 de junho de 2003*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, como integrante da Pastoral Parlamentar Católica, atuando no Congresso Nacional, dirijo as merecidas saudações a Dom Geraldo Magella Agnelo, Cardeal Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, que assumiu recentemente a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e desejo que Deus continue abençoando suas ações durante essa nova etapa de trabalho e de grande responsabilidade, nas funções que serão exercidas cumulativamente com as da Arquidiocese da capital baiana.

De um total de 279 bispos votantes, Dom Geraldo Magella Agnelo alcançou 207 votos, muito acima da maioria absoluta requerida no terceiro escrutínio. Dom Cláudio Hummes, cardeal arcebispo de São Paulo, obteve 64 votos.

Assim, mercê da reconhecida competência e dedicação, Dom Geraldo Magella dará seguimento, nos próximos quatro anos, à sua bem-sucedida trajetória de relevantes serviços em favor do próximo, difusão e prática da mensagem do Evangelho e fortalecimento da Igreja Católica.

Em substituição a Dom Jayme Henrique Chemello, Dom Geraldo assume o cargo de Presidente da Conferência dos Bispos com o com-

promisso expresso de dar continuidade à missão evangelizadora da CNBB e lutar contra a situação de ódio e violência no País.

Basta uma breve consulta à experiência de Dom Geraldo Magella Agnello, nas funções que já desempenhou, para confirmar sua capacidade para o cargo atual e justificar nossa confiança nos resultados de seu trabalho à frente da CNBB.

Com efeito, vale lembrar a fundação da Pastoral da Criança em sua gestão como arcebispo de Londrina, no meu Paraná, e o trabalho extraordinário nas cidades de Florestópolis e Cambé, onde, então, na condição de prefeito municipal, pude testemunhar a contribuição decisiva de Dom Geraldo, sempre combativo e empenhado na firme defesa das causas humanitárias ao montarmos a segunda experiência da Pastoral da Criança, com o apoio da Doutora Zilda Arns, nossa indicada para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz pelos excelentes resultados desta magnífica empreitada.

Nascido em 19 de outubro de 1933, em Juiz de Fora, Minas Gerais, lá mesmo, no Seminário Menor Diocesano Santo Antônio, iniciaria o curso ginásial. Em 1948, daria prosseguimento aos estudos no Seminário Menor Arquidiocesano de São Paulo, em Pirapora do Bom Jesus. No ano de 1957, conclui o curso de Teologia e, na Catedral de São Paulo, recebe a ordenação presbiteral.

Tendo estudado no Instituto Litúrgico do Pontifício Ateneu de Santo Anselmo, em Roma, obteve, em 1969, o grau de doutor em Teologia, com especialização em Liturgia.

Em 1982, o Papa João Paulo II o nomeia Arcebispo de Londrina – Paraná. Quando ainda respondia por aquela circunscrição eclesial, foi escolhido para dirigir nacionalmente um programa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de combate à mortalidade infantil.

Exerceu também a presidência da Comissão Litúrgica da CNBB, de 1983 a 1987. No mesmo período, foi membro do Departamento de Liturgia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

No ano de 1983, em Florestópolis e Cambé, Paraná, deu início à Pastoral da Criança, que, em seguida, se difundiu rápida e amplamente, sendo implementada em todas as dioceses do Brasil e países latino-americanos, africanos e em Timor Leste (Ásia).

Sua biografia registra, realmente, numerosas e significativas contribuições à Igreja e à sociedade, em missões pastorais, atividades científicas e formativas e obras publicadas.

Por conseguinte, muitas são as distinções que tem merecido, inclusive, em 21 de janeiro de 2001, a nomeação de cardeal pelo Papa João Paulo II.

A excelência das qualidades e o desempenho exemplar em todas as funções que assumiu desde sua ordenação até hoje não só explicam o prestígio alcançado por Dom Geraldo no âmbito nacional e internacional, mas, sobretudo, credenciam-no para novos desafios e incumbências, especialmente agora, à frente da CNBB.

Além do reconhecimento à justiça da escolha, cabe, portanto, reiterar o apoio às suas propostas e ações e a confiança no êxito de Dom Geraldo Magella Agnelo rogando a bênção generosa de Deus ao trabalho da CNBB e da Igreja.

Muito obrigado.

## **Homenagem ao 25º aniversário de pontificado do Papa João Paulo II**

*Discurso proferido em 28 de novembro de 2003*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, os 25 anos de papado do Papa João Paulo II têm vários significados especiais.

Trata-se do terceiro pontificado mais longo em dois mil anos de história, no qual o primeiro papa não-italiano desde 1523 foi peça fundamental não só para a derrocada do comunismo, mas principalmente também para a aproximação da religião católica com os patriarcados ortodoxos, com os judeus e com os muçulmanos, bem como com outras religiões e etnias.

Karol Wojtyła, o antes cardeal arcebispo de Cracóvia, foi o primeiro papa a rezar numa mesquita e numa sinagoga. Para isso, primeiro teve de pedir perdão pelas omissões e erros do cristianismo em relação aos judeus e islamitas; erros milenares, mas só reconhecidos neste pontificado.

Pediu perdão também pelo saque que os venezianos medievais, com o apoio do cristianismo ocidental, fizeram em Istambul, então sede do Império Romano do Oriente. O episódio manteve os ortodoxos rancorosos, e com razão, durante séculos.

João Paulo II será lembrado como o “Papa do Perdão” não apenas pelo perdão que pediu a religiões ou etnias – como às etnias indígenas da África e das Américas. Nosso homenageado será lembrado também pelo perdão que, pessoalmente ou em nome da Igreja, concedeu.

Sua Santidade perdoou até mesmo o homem que o tentou matar, o turco Mehmed Ali Agka. Em nome da Igreja Católica, revogou a excomunhão de Galileu Galilei, causada, como se sabe há séculos, por um erro da Igreja, e não do cientista italiano. Sendo assim, o perdão concedido valeu também por um pedido de perdão à história.

“João de Deus”, como foi apelidado pelos brasileiros, foi o papa que mais viajou pelo mundo; veio duas vezes a nosso País, onde mora a maior população católica do mundo. Foi também o papa que mais beatificou e canonizou. Madre Tereza de Calcutá foi canonizada apenas dois anos depois de sua morte, num processo mais rápido do que o de São Francisco de Assis, até então recordista.

O atual pontificado, marcado pelo conservadorismo e reafirmação dos dogmas tradicionais, estendeu, porém, pontes para todas as outras religiões e povos do mundo. Aliás, este é o significado da palavra pontífice: aquele que estende pontes.

O *Pontifex Maximus* João Paulo II, pedindo perdão a partir do trono do apóstolo Pedro, foi quem mais pontes construiu, em toda a história da Igreja. Tais pontes, alicerçadas na humildade dos pedidos de perdão, prepararam o catolicismo para o complexo e multifacetado terceiro milênio, quando certamente a função da Igreja, após um breve recesso, tenderá a crescer.

Os apelos à razão e ao Direito Internacional, vindos do Papa, quando os presidentes dos Estados Unidos e do Iraque faziam apelos insensatos ao cristianismo ou ao islamismo, mostram que o vigor intelectual de João de Deus ainda é incomparável e ele vence os percalços causados pela idade avançada.

Façamos votos, Senhoras e Senhores, que Sua Santidade ultrapasse do maior pontificado em toda história da Igreja Católica, na condução do Trono de São Pedro, no período mais proveitoso de todos os tempos.

Obrigado, João de Deus.

## **Homenagem aos 20 anos da criação da Pastoral da Criança**

*Discurso proferido em 4 de dezembro de 2003*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, uma combinação de atitudes cristãs vem alcançando resultados muito positivos há vinte anos.

A “presença que conforta e anima” e a “coragem que fortalece e convida à participação” fundiram-se, em harmonia, na Pastoral da Criança.

A Pastoral da Criança, criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, é uma das mais importantes organizações comunitárias, em todo o mundo, a trabalhar nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de vida.

Tudo começou, nobres colegas, no início dos anos 80, quando a Igreja – por intermédio de seu Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo – realmente convenceu-se de que poderia ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que morriam de doenças facilmente evitáveis.

Foi criada então, com uma pequena semente, em Florestópolis, norte do Paraná, a Pastoral da Criança. O desenvolvimento daquela difícil tarefa coube à médica pediatra e sanitarista Dra. Zilda Arns Neumann e a Dom Geraldo Majella Agnelo, então arcebispo de Londrina – Paraná e hoje presidente da CNBB.

Naquele ano de 1983, o município de Florestópolis tinha apenas 15 mil habitantes, mas a mortalidade infantil era altíssima: 127 mortes

por mil crianças nascidas vivas. Em poucos anos, as ações desenvolvidas por aqueles imbatíveis líderes da Pastoral conseguiram reduzir esse quadro para 20 mortes por mil, já em 1997. Que estatística maravilhosa!

No mesmo ano de 1983, e na mesma semana da instalação da Pastoral em Florestópolis, procurei Dom Geraldo Majella e Dra. Zilda Arns, na condição de prefeito do Município de Cambé, para instalarem também neste Município a Pastoral da Criança, de modo a atender aos então 55 mil habitantes. Inicialmente instalada nos bairros de Jardim Tupi e do Jardim Santa Amaro, tive a honra de ter minha cidade como o segundo município do Brasil a acolher o trabalho da Pastoral da Criança, com resultados extraordinários.

A partir daquele momento, abracei a causa da Pastoral da Criança de forma efetiva e concreta, colocando todas as secretarias da área social para trabalharem juntos nos mais de 30 bairros de Cambé. O Município, então, se transformou em referência no atendimento à criança, e hoje Cambé, por duas vezes declarada pelo Unicef como “Cidade Amiga da Criança”, está com cerca de 100 mil habitantes e um sistema de proteção à infância consolidado. O índice de mortalidade infantil é um dos menores do Brasil: 13 por mil crianças nascidas. Outra conquista é a de ser considerado o município com o menor índice de cáries dentárias.

Em seguida, complementando esse trabalho desenvolvido pela Pastoral, implantamos junto com o Governo do Paraná e mais 12 municípios o embrião do atual Sistema Único de Saúde – SUS, integrando todas as ações de saúde.

Hoje a Pastoral da Criança está em todos os cantos do País e serve de modelo para experiências semelhantes em outros 14 países da América Latina, África e Ásia, entre eles o novíssimo Timor Leste. No Brasil, 155 mil líderes comunitários acompanham quase um milhão e 600 mil famílias, de 32 mil comunidades, em 3.549 municípios.

Sua atuação se faz presente, especialmente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de pobreza e miséria dos pequenos e médios municípios brasileiros, tanto no meio urbano e rural, quanto em áreas indígenas.

Na base de todo esse trabalho estão a família e a comunidade. A dinâmica consiste em capacitar líderes comunitários, que residem na própria localidade, para mobilizar familiares nos cuidados com as crianças.

Ilustres parlamentares, neste momento em que comemoramos o sucesso dessa verdadeira obra que vivencia a espiritualidade como forma de valorização da dignidade humana no seio da família, não poderíamos deixar de lembrar alguns dados que, infelizmente, maculam a grandeza do nosso País.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Brasil registrou, nos últimos anos, uma redução nos índices de pobreza e indigência. No entanto, ao final da década de 90, 33% da população brasileira ainda figuravam entre os pobres e, no início deste novo milênio, 22 milhões de pessoas – ou 13% da população – ainda são consideradas indigentes.

Uma das causas que pode ser apontada para essa triste situação é a enorme desigualdade na distribuição de renda no País. Falta de moradia e acesso ao alimento, desemprego e migrações forçadas são alguns dos efeitos dessa leviandade social; e as primeiras vítimas são as mulheres e as crianças.

É, também, por isso, Sr. Presidente, que as ações da Pastoral da Criança estão voltadas para as comunidades carentes, onde se registra o maior problema de mortalidade infantil.

Graças ao trabalho solidário de um exército de voluntários, a Pastoral da Criança conseguiu reduzir a mortalidade infantil a menos da metade da média nacional entre as crianças por ela acompanhadas em todo o Brasil. Isto tudo significa que, graças ao seu empenho, por ano, cerca de cinco mil crianças deixam de morrer no Brasil.

Trabalho, senhores parlamentares, que só se realiza graças – devo ressaltar – ao apoio nacional e internacional, tanto de entidades ligadas à Igreja como de órgãos governamentais e não-governamentais. Entre as diversas entidades que dão suporte técnico e financeiro para que a Pastoral possa viabilizar suas ações nas áreas da saúde, nutrição, educação e cidadania, está o Ministério da Saúde, que arca com cerca de 70% dos custos financeiros e teve no ex-Ministro José Serra um grande entusiasta.

O maior financiador não-governamental é o “Criança Esperança”, um programa da Rede Globo de Televisão, em parceria com o Unicef, que repassa uma porcentagem dos seus recursos arrecadados. Outro parceiro é a Associação Nacional dos Amigos da Pastoral da Criança, que reúne empresários e profissionais liberais, e agora saúdo a empresa Gol Linhas Aéreas, que assumiu o compromisso de se tornar o maior doador privado da Pastoral da Criança.

Com certeza, nobres colegas, o aniversário da Pastoral da Criança é um momento de grande alegria. Aproveito a oportunidade para render homenagens a todas as suas equipes de coordenação e capacitação, bispos, padres, líderes comunitários e todos os parceiros e amigos que, nestas duas décadas, vêm trabalhando juntos para reduzir a mortalidade infantil, a desnutrição, o analfabetismo e a exclusão social entre as famílias acompanhadas.

Parabéns, Pastoral da Criança, por se manter fiel à proposta original e evangelicamente sadia de ser ecumênica, levando a todos a “boa notícia” que ultrapassa até mesmo as barreiras de credo ou religião: “Para que todas as crianças tenham vida e vida em abundância”.

Muito obrigado.

## **Homenagem ao jubileu de ouro do Arcebispo de Londrina, Dom Albano Cavallin**

*Discurso proferido em 4 de dezembro de 2003*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, no dia 6 de dezembro de 2003 o terceiro Arcebispo de Londrina – Paraná, Dom Albano Bortoletto Cavallin, completará o seu jubileu de ouro sacerdotal.

Em 1953 ele foi ordenado padre pelo então Arcebispo de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D’Elboux, no belo recinto da Catedral de Curitiba, depois de fazer seus estudos teológicos e filosóficos em São Paulo (SP).

Dom Albano Bortoletto Cavallin começou seu ministério sacerdotal como vigário cooperador da própria Catedral de Curitiba e depois assumiu a Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus na capital paranaense, diretor espiritual do Seminário Maior Rainha dos Apóstolos de Curitiba e coordenador de Pastoral e subsecretário do Regional Sul 2 da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) de 1966 a 1970. Trabalhou ainda na assessoria ao Movimento Familiar Cristão e foi professor no Studium Theologicum de Curitiba, desempenhando outros serviços pastorais da Igreja Católica e sendo autor do livro *Bispo, ensina-me a rezar*.

Em 1973 foi sagrado bispo, ficando como auxiliar em Curitiba e posteriormente atendeu a diocese de Guarapuava, também no Paraná, e em 1992 foi promovido a arcebispo de Londrina, onde permanece até a presente data, tendo como lema a máxima: “Interpretabatur in Scripturis”.

Nesses onze anos à frente da arquidiocese, Dom Albano Cavallin vem realizando profícuo trabalho que envolve tanto a área social como a religiosa. Assim destacamos seu papel como interlocutor privilegiado da sociedade civil organizada, tendo participado ativamente do movimento de combate à corrupção que envolveu a administração pública na Prefeitura de Londrina, no memorável movimento “Pés Vermelhos, Mãos Limpas”, e não poderia deixar de citar o seu empenho em trazer para Londrina o campus da Pontifícia Universidade Católica – PUC.

Na dimensão religiosa tem incentivado a obra das vocações laicas, sacerdotais e religiosas, as diversas pastorais e movimentos, dedicando especial atenção à catequese, que é a sua área de atuação na Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Contudo, sua grande realização religiosa foi a organização e efetivação das missões populares para assinalar os dois mil anos de cristianismo – Jubileu da Cristandade – e que envolveu em toda a arquidiocese aproximadamente 14 mil pessoas.

Também foi em sua gestão que foi implantado na arquidiocese o Tribunal Eclesiástico, que analisa processos de anulação de matrimônios. Outra obra marcante de Dom Albano Cavallin foi a construção do Centro Arquidiocesano de Pastoral, que centralizou a administração da Cúria e os diversos serviços pastorais em um só espaço.

Nos onze anos em que está à frente da Arquidiocese de Londrina, Dom Albano Cavallin, com seu jeito simples, angariou o amor e respeito da população londrinense e da região diocesana.

Ele é autor da frase que o dignifica: “O maior presente que posso receber são novas vocações para dar continuidade a uma Igreja Vocacional”, pois pediu à Igreja de Londrina cinquenta novas vocações sacerdotais, religiosas, leigas ou matrimoniais.

Parabéns a Dom Albano Cavallin, e que siga em trabalho pastoral que o dignifica e identifica sua vocação para nossa Igreja Católica.

Muito obrigado.

## **Homenagem aos 70 anos da Paróquia Sa- grado Coração de Jesus – Londrina – PR**

*Discursos proferido em 18 de março de 2004.*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a Catedral Metropolitana de Londrina, no Paraná, nossa Paróquia Sagrado Coração de Jesus, está comemorando seus 70 anos para júbilo dos habitantes daquela pujante cidade do norte do Paraná.

O pároco Monsenhor Bernard Carmel Gafá, o Vigário Paroquial Padre Valter Diniz dos Santos e também o Conselho Pastoral Paroquial promoveram uma série de atividades para comemorar a data simbólica para Londrina, fazendo parte da programação a missa em ação de graças e ainda o recebimento da Comenda Ouro Verde, outorgada pela Câmara Municipal e Prefeitura de Londrina.

Sempre é bom lembrar que a parte mais alta de Londrina foi reservada, pela Companhia de Terras de Norte do Paraná, para a construção da primeira igreja da cidade. Era uma igreja de madeira, inaugurada em 18 de agosto de 1934.

O projeto era do engenheiro Willie Davids. O primeiro sino foi um pedaço de trilho. Em 23 de outubro de 1943, uma construção de alvenaria, em estilo neogótico alemão, substituiu a primeira igreja, e o primeiro vigário foi o Padre Carlos Dietz.

Mas a nova matriz não tinha torres, ladrilhos, nem bancos. Somente em 1949 ficaram prontas as torres da matriz, com 27 metros de altura. Para acompanhar o crescimento de Londrina, surgiram planos para a construção de uma catedral, em 1952, antes da transfor-

mação da paróquia em diocese. O projeto previa um prédio bastante amplo, em estilo clássico renascentista. A obra, que deveria fundir as duas construções – antiga e moderna–, ficou anos parada por ser muito dispendiosa.

No final da década de 60, Dom Geraldo Fernandes tomou uma decisão bastante prática para a conclusão da catedral: mandou construir uma estrutura metálica que foi inaugurada no Natal de 1972.

O projeto é dos arquitetos Eduardo Rosso e Yoshimaso Kimachi. Em 1991, a catedral recebeu a torre com os sinos. O espaço do subsolo da igreja foi aproveitado para a construção de um estacionamento, rentável para a arquidiocese. Para Dom Geraldo Fernandes, a concepção da nova catedral era definida como “uma tenda erguida por Deus no meio do seu povo e do progresso”.

Em fevereiro de 1967, a paróquia de Londrina foi elevada à categoria de diocese, assumindo seu primeiro Bispo Dom Geraldo Fernandes. Em novembro de 1970, foi elevada a arquidiocese. Dom Geraldo Fernandes foi também Arcebispo, sendo substituído por Dom Geraldo Majella Agnello, que ficou no posto até 1991, quando foi para Roma, sendo hoje o Presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). O atual Arcebispo de Londrina é Dom Albano Cavallin, que faz um excelente trabalho pastoral à frente daquela arquidiocese. Sr. Presidente, faça este registro para que todo o Brasil saiba do orgulho dos católicos paranaenses com a comemoração dos 70 anos da Catedral Metropolitana de Londrina.

Muito obrigado.

**Currículo**  
**Deputado Federal**  
**LUIZ CARLOS HAULY**

Nasceu em 8 de outubro de 1950 na cidade de Cambé (PR), casado com Maria Célia Oliveira Hauly, professora da Universidade de Londrina (UEL), e tem dois filhos.

É formado na UEL nos cursos de Economia e Educação Física, sendo vereador – 1973/1976, prefeito de Cambé – 1983/1988 (MDB); deputado federal – legislaturas 1991/1995 (PMDB); 1995/1998 (PP/reeleito); 1998/2002 (PSDB/reeleito) e 2003/2007 (PSDB/reeleito com 112.755 votos).

Principais cargos públicos exercidos: Secretário da Fazenda do Paraná, no Governo Álvaro Dias – 1987/1990 e Presidente do Conselho Administrativo do Banestado.

Principais funções e cargos exercidos na Câmara dos Deputados:

- Líder do PST.
- Vice-Líder do PMDB.
- Vice-Líder do PP.
- Vice-Líder do PSDB.
- Presidente da Comissão de Defesa Nacional.
- Coordenador-Geral da Frente Parlamentar Municipalista e atual Secretário-Geral.
- Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.
- Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.
- Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Estados Unidos da América.
- Membro do Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA, representando o Senado Federal e Câmara dos Deputados.
- Líder do Governo no Congresso Nacional em 1999.
- Relator de projetos de lei de relevância nacional, como os da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Advocacia-Geral da União (AGU); da não-incidência do ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados e na aquisição de máquinas e equipamentos para a produção (a mais importante medida para a recuperação da economia nacional, depois do Plano Real – Lei Kandir/Hauly); da alteração da lei das sociedades anônimas e do mercado de valores mobiliários; a que cria o Conselho Federal de Educação Física e da lei de compensação do FGTS.
- Autor de Propostas de Emenda à Constituição, como a de reforma tributária, e de projetos de lei como o de alterações na Lei das Sociedades Anônimas e na Lei do Simples.
- Autor de emendas a projetos de lei aprovados, como a que garantiu à Copel e ao Paraná o recebimento de US\$800 milhões; a que destinou recursos da Lei Zico para a promoção do desporto não profissional pelas secretarias estaduais; as que destinaram recursos nos orçamentos anuais da União para obras em municípios do Paraná, entre outras.
- Autor da Lei nº 9.755/98, que obriga União, Estados, Municípios e Distrito Federal a divulgarem suas prestações de contas pela internet no endereço: [www.contaspublicas.gov.br](http://www.contaspublicas.gov.br).
- Autor da Lei nº 9.796/99 – Lei Hauly, que dispõe sobre a Compensação Financeira entre os Sistemas de Previdência e o INSS, que possibilitou ao Paraná recuperar R\$2 bilhões.
- Escolhido Melhor Deputado Federal do Ano, por meio de pesquisa realizada pelo jornal *Diário Popular* de Curitiba em 1997.

- Eleito presidente do PSDB de Londrina e presidente estadual do Instituto Teotônio Vilela.
- Único parlamentar do Paraná incluído nas dez pesquisas do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (relatórios de 1994 a 2003), como um dos “Cabeças do Congresso Nacional” – “os cem parlamentares mais influentes e importantes do Poder Legislativo Federal, especialmente na reforma constitucional e na conseqüente regulamentação dos textos modificados em nossa Constituição”; classificado como articulador-organizador e formulador: Haully exerce influência no processo decisório, especialista em matérias fiscais e tributárias, ativo, bem articulado, divide a coordenação dos debates e negociações em torno da reforma tributária.
- Apontado pelo *Instituto Arko Advice*, como membro da “Elite Parlamentar da Câmara dos Deputados”; pela *Folha de S.Paulo*, como “deputado muito atuante”; revista *Época*, como “deputado nota 10 pelas indicações do Diap”; *Correio Braziliense*, como “parlamentar uma década à frente”; *Gazeta do Povo*, como “deputado 10 anos à frente”; e revista *Notícias* como “melhor deputado do Paraná”.
- Merecedor de prêmios pela sua atuação como homem público, destacando condecorações militares e civis.